



GT 054. Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira

Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa) - Coordenador/a,
Luciana de Oliveira Chianca (UFPB) - Coordenador/a,
Ulisses Neves Rafael (Universidade Federal de Sergipe) - Debatedor/a,
Lady Selma Ferreira Albernaz (ufpe) - Debatedor/a

A pesquisa de inspiração participante marcou a busca de uma construção reflexiva e dialógica no campo antropológico, notadamente a partir dos anos 1970, no Brasil. O fazer antropológico expandiu-se então consideravelmente, na percepção de que saberes acadêmicos, científicos ou humanísticos pressupõem uma fusão de horizontes com os saberes populares e locais, sejam eles tradicionais ou não. Tal pressuposto transformou o cotidiano de muitos professores e pesquisadores, sendo que nas universidades brasileiras ele foi traduzido pela incorporação oficial da extensão no binômio ensino/pesquisa, relacionando conceitual e inexoravelmente a universidade pública com a sociedade e suas demandas. Este GT propõe o debate de aspectos conceituais, metodológicos, políticos, relacionais e pedagógicos de práticas extensionistas em diferentes contextos de atuação e em relação com áreas de conhecimento conexas à antropologia. São bem-vindos relatos de experiência e análises de programas, projetos de extensão universitária e ações extramuros, voltadas para educação, arte, saúde, meio-ambiente, patrimônio cultural, igualdade racial, direitos humanos, desenvolvimento local, trabalho e renda. Deseja-se estimular reflexões e críticas sobre o preceito da indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão, considerando-se as condições objetivas e subjetivas da implementação das ações e mediações extensionistas nas distintas regiões do Brasil.

De aprendiz de Antropóloga a tia?: o ensino antropológico a partir de textos literários

Autoria: Carla Figueiredo Marinho Saldanha

O presente texto é resultado da experiência que vivenciei enquanto professora de redação para alunos do Ensino Fundamental II, em uma rede educacional confessional na cidade de Belém, no estado do Pará, durante os anos de 2012 e 2013. Embora minha experiência não esteja atrelada a um projeto de extensão universitária, entendo-a como uma ação extramuros, uma vez que busquei trazer para minha sala de aula discussões das ciências sociais e áreas afins: meio ambiente, cultura, injunções de gênero, igualdade racial, direitos humanos e a arte literária com o recorte regional. Na época a rede educacional não havia adotado um livro didático para a disciplina de redação, o que de certa forma me dava liberdade na seleção dos gêneros literários e textos que trabalharia nas aulas. A dupla habilitação em Ciências Sociais e Letras me possibilitou maior destreza no momento de elencar os textos de autores paraenses: Inglês de Souza, Eneida de Moraes, Dalcídio Jurandir, Bruno de Menezes que foram cuidadosamente digitados por mim, já que não podia pedir que os alunos adquirissem para as aulas. A dinâmica em sala não estava limitada a leitura direcionada, uma vez que previamente os mesmos pesquisavam sobre os escritores: vida/obra e as principais temáticas trazidas nos textos. Dentro dos resultados da experiência vivida destaco: o aprendizado da leitura sócio antropológica, uma vez os alunos conseguiram realizar a leitura para além do gênero ou estética textual, enxergando muitas vezes particularidades do cotidiano vivido ou já ouvido nas narrativas familiares; a desconstrução do imaginário da quase inexistência de produção literária local, o que de certa forma entendo como um passo a valorização do viés artístico literário amazônico.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

